



Cartilha MPO

SEI – Módulo de Pesquisa Pública

Versão 1.0
Orientações Gerais

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

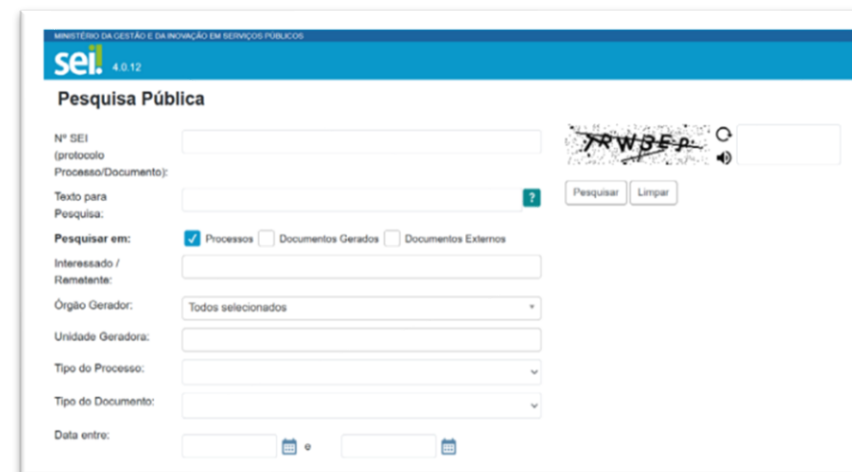
Considerações iniciais

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, visando assegurar o direito do cidadão de acesso à informação ([LAI – Lei 12.527/2011](#)), orienta que haja a abertura dos dados contidos no sistema SEI, categorizados como público, para permitir que **qualquer pessoa, a partir de 30/06/2025**, possa acessá-los. Ou seja, qualquer pessoa poderá realizar buscas sem a necessidade de login, cadastro ou solicitações de acesso à informação (pelo método previsto na LAI), por meio do **Módulo de Pesquisa Pública**.

Dada a importância dessa decisão e considerando que o módulo irá possibilitar a visualização do andamento dos processos em trâmite, bem como o **acesso direto à íntegra dos documentos públicos constantes nos processos públicos**, com objetivo de auxiliar todos os colaboradores do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO na implementação da ferramenta, além de minimizar os riscos envolvidos, está sendo editada a **primeira versão dessa cartilha** (em formato de perguntas e respostas).

Adicionalmente, destaca-se que o presente documento traz **orientações gerais e iniciais**, até que haja o amadurecimento das diversas soluções que envolvem o fluxo de trabalho, com intuito de uniformizar conceitos e procedimentos de todas as áreas do MPO.

[Link para o Módulo de Pesquisa Pública no SEI](#)



Perguntas e Respostas

Quando o Módulo de Pesquisa Pública no SEI estará disponível ao cidadão?

A partir de 30 de junho de 2025.

O que muda com a abertura do Módulo de Pesquisa Pública no SEI?

Qualquer pessoa pode acessar documentos e processos **categorizados como públicos** no SEI, sem precisar formalizar um pedido de pelo método previsto na LAI.

Quais os riscos envolvidos com a abertura dos dados contidos no SEI?

Os principais riscos detectados são:

- 1) Disponibilizar ao cidadão documentos de acesso restrito (informações pessoais, documentos preparatórios, informações sigilosas); e
- 2) Restringir o acesso a documentos que são públicos.

O primeiro risco envolve a divulgação de informações restritas, situação a qual pode influenciar e prejudicar o andamento dos processos. Já o segundo risco pode comprometer o atendimento aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência.

Quais medidas estão sendo adotadas pelo MPO para mitigar os riscos envolvidos com a abertura do SEI?

Inicialmente, está sendo dada ampla divulgação da alteração promovida pelo MGI.


Dentro desse contexto, recomenda-se o compartilhamento dessa cartilha para todos os colaboradores do MPO, além de capacitações, produção de outros materiais informativos, sensibilização dos líderes e gestores e normatização sobre o tema no órgão.

Outros pontos importantes também são:

- ✓ a atenção necessária na criação dos processos e dos documentos, categorizando adequadamente quanto ao nível de acesso; e
- ✓ conhecimento dos assuntos e dos temas que necessitam da restrição de acesso e, ainda, da adequada hipótese legal para o nível de acesso “Restrito” ou “Sigilo”.

Os processos abertos antes de 30/6/25 serão consultados pelo cidadão?

Sim, será possível olhar os nomes dos documentos da árvore do processo, mas sem acesso ao conteúdo dos documentos, ainda que sejam públicos.

Os documentos públicos abertos antes de **30/6/2025** serão marcados por uma chave azul ao lado. 



Atenção!

Processo público, criado antes de 30/06, permite a visualização de documentos públicos inseridos após essa data.

E em relação aos processos abertos a partir de 30/06/25, como serão as consultas pelo cidadão?

Processo	Documento	Situação
Público	Público	Tudo visível
Público	Restrito	O conteúdo do documento não será visível, apenas o nome. Contudo, os demais documentos públicos terão também o conteúdo visível.
Restrito	Público	Nenhum conteúdo será visível, apenas os nomes dos documentos.
Restrito	Restrito	
Sigiloso	Sigiloso	Sem nenhum tipo de consulta pelo cidadão, apenas usuários credenciados acessam.

Alerta!

No SEI, em um processo público, ao se classificar um dos documentos como restrito, todo o processo público fica contaminado e nenhum dos documentos será visível para as demais unidades que não tem acesso ao processo. **Contudo, o módulo de pesquisa pública não funciona da mesma forma! No módulo**, o cidadão terá acesso ao conteúdo do documento público de um processo público, mesmo que esse processo público tenha documentos restritos.

Quem deve fazer a revisão do nível de acesso dos documentos?

O Sistema SEI permite que tanto a área que iniciou o processo quanto as áreas que o receberam revejam a restrição de acesso e realizem ajustes. Considerando as implicações legais referentes a disponibilização de informações restritas, recomenda-se que os usuários do sistema tenham cautela nas alterações de classificação.

O MPO analisará os possíveis fluxos de trabalho e expedirá novas orientações.

Qual a diferença entre processos e documentos públicos, restritos e sigilosos? Em quais casos é possível utilizar cada classificação?

No SEI, processos e documentos podem ter seu nível de acesso categorizados como (1) público, (2) Restrito ou (3) Sigiloso.

1) Documentos Públicos

Documentos públicos são aqueles que foram assinados e ficarão disponíveis para visualização de qualquer usuário interno ou externo do sistema. A regra é a publicidade, contudo, a LAI prevê casos de restrição de acesso (hipóteses de sigilo legal).

2) Documentos Restritos

Documentos restritos são aqueles disponíveis para visualização das unidades pelas quais o processo tramitar.

No caso de nível de acesso **Restrito**, os processos e documentos devem estar enquadrados em uma das hipóteses legais listadas no **Anexo I**.

O **rol das hipóteses legais é taxativo**, ou seja, somente as opções da lista são válidas.

Sugere-se que conste de forma escrita, nos documentos classificados como restritos, a hipótese legal utilizada, bem como sua fundamentação, ser for o caso.

Abaixo segue texto exemplificativo:

Nota Técnica SEI nº 769/2025/MPO

Assunto: **[inserir o assunto em negrito]**.

Hipótese Legal do Documento Restrito: Documento Preparatório (Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012). A Nota Técnica subsidia auditoria realizada no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU. Acesso restrito até a publicação do Relatório Final de Auditoria.

Senhor(a) @cargo_destinatario@,

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Texto texto texto texto texto texto

ANÁLISE

2. Texto texto texto texto texto texto

3) Documentos Sigilosos

Documentos sigilosos são aqueles disponíveis apenas para usuários com permissão específica e previamente credenciados.

Para iniciar um processo **Sigiloso** no SEI, somente podem ser escolhidos os tipos de processos **em vermelho**, conforme imagem abaixo.

Contabilidade: Prestação de Contas

Contabilidade: Relatório de Conformidade Contábil

Contabilidade: Setorial de Custos

Contabilidade: Tomada de Contas da Unidade

Convênios/Ajustes: Acompanhamento da Execução

Convênios/Ajustes: Formalização/Alteração com Repasse

Convênios/Ajustes: Formalização/Alteração sem Repasse

Convênios/Ajustes: Prestação de Contas

Corregedoria: Acompanhamento de Processos Disciplinares

Corregedoria: Comunicação

No caso de nível de acesso **Sigiloso**, os processos e documentos devem estar enquadrados em uma das hipóteses legais listadas no **Anexo II**. O **rol das hipóteses legais é taxativo**.



Fonte: [Site Serpro](#)

Atenção!

O termo Sigiloso do SEI, utilizado para processos e documentos que só serão acessados por pessoas com credenciais, não pode ser confundido com as informações classificadas como sigilosas, previstas no Art. 23 da LAI.



INFORMAÇÃO SIGILOSA INFORMAÇÃO COM NÍVEL DE ACESSO SIGILOSO NO SEI	INFORMAÇÃO SIGILOSA CLASSIFICADA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA EM GRAU DE SIGILO (Arts.23 e 24 LAI)
<ol style="list-style-type: none">1. Está no SEI.2. Processos e documentos com nível de acesso Sigiloso só podem ser acessados no sistema SEI por usuários credenciados.3. Verificar no Anexo II as Hipóteses Legais disponíveis no MPO para Nível de Acesso Sigiloso.	<ol style="list-style-type: none">4. Não está no SEI. Documentos físicos.5. Objetivo: proteger a segurança da sociedade (vida e saúde da população) e proteger a segurança do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência, estabilidade financeira, econômica ou monetária).6. Podem ser:<ul style="list-style-type: none">- Ultrassegretas (até 25 anos de sigilo)- Secretas (até 15 anos de sigilo)- Reservadas (até 5 anos de sigilo)

Para maiores informações, acesse o [**Guia sobre Informações Classificadas e Desclassificadas no âmbito do Poder Executivo federal.**](#)

Conheça as características de algumas Hipóteses Legais:

1 – Hipótese Legal: Documento Preparatório

É o documento que será utilizado para fundamentar uma tomada de decisão ou um ato administrativo. A divulgação do documento preparatório pode trazer prejuízo ao processo que está em curso.

Exemplos: minutas, pareceres e notas técnicas.

É importante destacar que essa é uma **classificação transitória**! Quando da publicidade do ato decisório final, **os documentos preparatórios devem passar de restritos para públicos.**

Observações sobre o Documento Preparatório:

- ✓ Ter clareza de qual é o ato ou decisão final que está utilizando o documento preparatório como subsídio;
- ✓ Reavaliar o nível de acesso do documento preparatório, de restrito para público, quando da edição/publicação do ato/decisão final;
- ✓ Processos com documentos categorizados como “Documento Preparatório” ou “Protocolo-Pendente de Análise de Restrição de Acesso” não poderão ser concluídos no SEI, conforme a imagem abaixo:



Atenção!

Após finalizado o ato que utilizou o “Documento Preparatório” como subsídio, o Documento não poderá ter seu acesso negado ao cidadão.

Mensagem do sistema SEI

seipreprod.economia.gov.br diz

Não é possível concluir o processo nº 12600.000018/2025-98, pois nele ou em processo anexado ainda constam documentos com Nível de Acesso Restrito usando as Hipóteses Legais abaixo:

- Licitação: Planejamento (12600.000018/2025-98): Documento Preparatório. (Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012)
- Ofício (31624597): Documento Preparatório. (Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012)

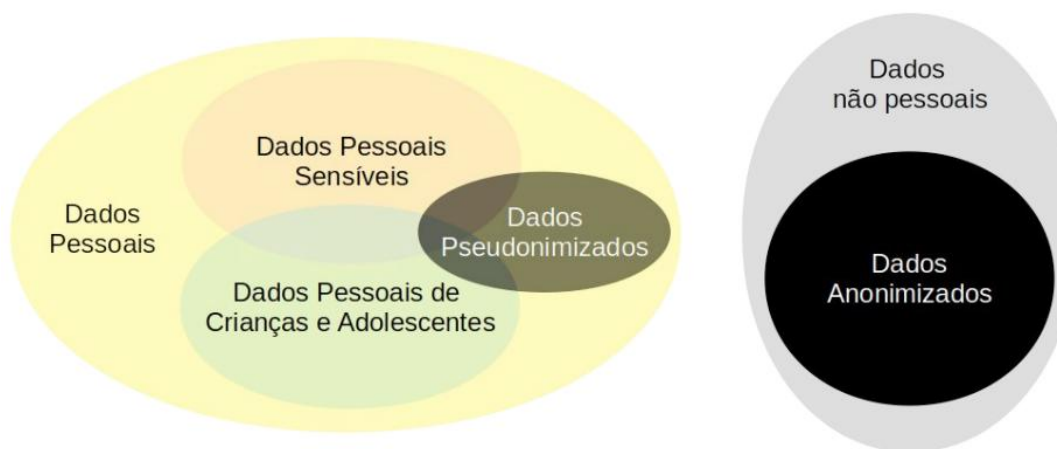
OK

2 – Hipótese Legal: Informação Pessoal

Dados Pessoais são aqueles que possibilitam a identificação, direta ou indireta, da pessoa natural, ou seja, **identifica um indivíduo (pessoa física)**. A restrição de acesso com a categorização “Informação pessoal” será utilizada para os documentos com dados pessoais, sensíveis ou não.

A LAI e a LGPD estabelecem que os dados pessoais devem ser anonimizados quando da publicização (tratamento de dados).

Dado Pessoal (LGPD)	Dado Pessoal Sensível (LGPD)
<p>Documentos que podem identificar uma pessoa ou contribuir para torná-la identificável.</p> <p>Exemplos: nome, RG, CPF, título de eleitor, reservista, carteira de habilitação, passaporte, número de telefone, endereço, contas de luz/água, currículo, diplomas, certificados, cartão de banco, fatura de cartão de crédito, declaração de imposto de renda, inventário, contratos.</p>	<p>Informações pessoais que possibilitam a identificação da pessoa por meio de seus hábitos, preferências ou características.</p> <p>A publicação de tais dados pode ensejar discriminação de seu titular.</p> <p>Exemplos: dados relativos à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico.</p>



Fonte: [Serpro](#)

Alerta! A Matrícula SIAPE é dado público, embora se enquadre como dado pessoal à luz da LGPD, pois não geram repercussões para além da vida pública do servidor ([Parecer nº 001/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU](#)).

Alerta! O e-mail institucional do servidor do Estado é, em regra, dado restrito, pois serve para comunicação interna no órgão de exercício e não para estabelecer vínculo com particulares ([Decisão CMRI nº 149/2024/CMRI/CC/PR](#)).

Como proteger os dados pessoais?

Anonimização ou Descaracterização.

A LGPD prevê a anonimização ou descaracterização, a qual consiste na transformação do dado, de forma que não é possível identificar o titular da informação, garantindo-se, assim, sua segurança e sua privacidade.

Observações sobre os dados pessoais:

- ✓ **No caso de documentos em PDF**, os usuários do Fala.br podem utilizar ferramenta de tarjamento de dados pessoais em documentos no formato PDF (Ver [Manual](#));
- ✓ Para garantir que o documento PDF seja anonimizado efetivamente, o documento PDF deve ser impresso como imagem PDF, assim o reconhecimento de caracteres (OCR) é perdido, impossibilitando a busca no conteúdo do documento;
- ✓ No caso de documentos em formato de imagem, o tarjamento pode ser feito no PaintBrush;
- ✓ Na **anonimização**, os dados pessoais são descaracterizados de forma definitiva;
- ✓ Na **pseudonimização**, os dados pessoais são manipulados, através de um identificador artificial, de forma que podem ser recuperados.

3 - Hipóteses Legais - Informações protegidas por legislação específica

- Sigilos decorrentes de direitos de personalidade (fiscal, bancário, comercial, empresarial, contábil)
- Sigilos de processos e procedimentos (documento preparatório, PAD em curso, Inquérito Policial, Segredo de Justiça nos processos penais e civis)
- Informações de natureza patrimonial (segredo industrial, direito autoral, propriedade intelectual/software)

Documentos para Consulta

- [Cartilha MGI - Módulo de Pesquisa Pública SEI](#)
- Lei de Acesso à Informação (LAI) – [Lei nº 12.527/2011](#)
- Decreto que regulamenta a LAI – [Decreto nº 7.724/2012](#)
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – [Lei 13.709/2018](#)
- [Manual do Usuário Externo do SEI](#)
- [Manual SEI UnB 2023](#)
- [Guia para tratamento de informações com restrição de acesso no SEI/CGU](#)
- [Manual de uso: Ferramenta de Tarjamento de dados em documentos PDF](#)

ANEXO I

Hipóteses Legais disponíveis no SEI/ColaboraGov para Nível de Acesso Restrito:

Controle Interno (Art. 26. § 3 da Lei nº 10.180/2001)

CRSFN Inicial (CRSFN Inicial)

Decisões de Política Econômica (Art. 20, Parágrafo Único do Decreto. N° 7.724/2012)

Defesa Comercial e Interesse Público (Arts. 22 e 36 Lei 12527/11; 6º, I, e 74 Dec. 7724/12)

Direito Autoral (Lei nº 9.610/1998)

Documento Preparatório (Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012)

Informação Empresarial – Vantagem Competitiva (§ 2º do art. 5º do Decreto nº 7.724/2012)

Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)

Inteligência Financeira (Art. 11, II da Lei nº 9.613/1998)

Interceptação de Comunicações Telefônicas (Art. 8º caput da Lei nº 9.296/1996)

Investigação de Responsabilidade de Servidor (Art. 150 da Lei nº 8.112/1990)

Investigação Preliminar (IP) (Art.3º, § 1º do Decreto n 11.129/2022)

Investigação Preliminar Sumária (IPS) (Art. 40, da Portaria Normativa CGU nº 27/2022)

Inviolabilidade à intimidade e à vida privada (Art. 5º, inciso X da Constituição Federal)

Operações Bancárias (Art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)

Preservação da identidade, imagem e dados pessoais (Item IV do art. 7º da Lei nº 9.807/99)

Procedimento de Apuração Ética (Art. 13 do Decreto nº 6.029/2007)

Processo Adm. De Responsabilização (PAR) (Decreto n 11.129 de 11/07/2022)

Processo Administrativo Sancionador (PAS) do COAF (Art. 52, § 3º, do Regimento Interno do COAF)

Propriedade Intelectual – Software (Lei nº 9.609/1998)

Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)

Protocolo-Pendente Análise de Restrição de Acesso (Art. 6º, III, da Lei nº 12.527/2011)

Segredo Industrial (Lei nº 9.279/1996)

Segurança da sociedade ou do Estado (Art.25, Decreto nº 7.724/2012)

Sessões extraordinárias do TCU (caráter reservado) (§1º-art. 108 da Lei 8.443/1992 Lei Orgânica do TCU)

Sigilo Bancário (Art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)

Sigilo Comercial (Art. 155, §2º da Lei nº 6.404/1976)

Sigilo Contábil (Arts. 1.190 e 1.191 da Lei nº 10.406/2002)

Sigilo das Comunicações (Art. 3º, V, da Lei nº 9.472/1997)

Sigilo de Operações Financeiras (Art. 2º da Lei Complementar 105/2001)

Sigilo do Inquérito Civil Trabalhista (Art. 7, caput, da Resolução 69/2007 do CSMPT)

Sigilo do Inquérito Policial (Art. 20 do Código de Processo Penal)

Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005)

Sigilo Fiscal (Lei 5172/66, Port RFB 2344/11, Port MF 233/12)

Sigilo Judicial do Código Civil (Art. 189 da Lei nº 13.105/2015)

Sigilo Judicial do Código Penal (Art. 201 § 6º da Lei nº 3.689/1941)

Sigilo Profissional (Leis 8.906/94 e/ou 8.112/90)

ANEXO II

Hipóteses Legais disponíveis no SEI/ColaboraGov para Nível de Acesso Sigiloso:

Controle Interno (S) (Art. 26, § 3º, da Lei nº 10.180/2001)

Decisões de Política Econômica (S) (Art. 20, Parágrafo Único do Decreto. nº 7.724/2012)

Direito Autoral (S) (Lei nº 9.610/1998)

Documento Preparatório. (S) (Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012)

Informação Empresarial - Vantagem Competitiva (S) (§ 2º do Art. 5 do Decreto nº 7.724/2012)

Informação Pessoal (S) (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)

Inteligência Financeira (S) (Art. 11, 1, da Lei nº 9.613/1998)

Interceptação de Comunicações Telefônicas (S) (Art. 8º caput da Lei nº 9.296/1996)

Investigação de Responsabilidade de Servidor (S) (Art. 150 da Lei nº 8.112/1990)

Investigação Preliminar ((P)- (S) (Art. 3º, § 19, do Decreto nº 11.129/2022)

Investigação Preliminar Sumária (IPS) (S) (Art. 40 da Portaria Normativa CGU nº 27/2022)

Inviolabilidade a intimidade e à vida privada (S) (At 5. inciso X da Constituição Federal)

Procedimento de Apuração Ética (S) (At. 13 do Decreto nº 6.029/2007)

Processo Adm. de Responsabilização (PAR) - (S) (Decreto n 11.129 de 11/07/2022)

Processo Administrativo Sancionador (PAS) COAF (S) (Art. 52, §3º, do Regimento Interno do COAF)

Propriedade Intelectual - Software (S) (Lei nº 9.609/1998)

Proteção à criança e ao adolescente (Art. 1203 do Decreto 9.759/2018)

Proteção de Dados Pessoais (S) (Lei nº 13.709/2018)

Protocolo-Pendente Análise Restrição de Acesso (S) (Art. 6º, da Lei nº 12.527/2011)

Segredo Industrial (S) (Lei nº 9.279/1996)

Segurança da sociedade ou do Estado (S) (Art. 25, Decreto nº 7.724/2012)

Sessões extraordinárias do TCU (reservado) (S) (§1º-art. 108 da Lei 8.443/1992 Lei Orgânica do TCU)

Sigilo Bancário (S) (Art. 1º da Lei Complementar n 105/2001)

Sigilo Comercial (S) (Art. 155, § 2º da Lei nº 6.404/1976)

Sigilo Contábil (S) (Arts. 1.190 e 1.191 da Lei nº 10.406/2002)

Sigilo das Comunicações (S) (Art. 3º V, da Lei nº 9.472/1997)

Sigilo de Operações Financeiras (S) (Art. 2º da Lei Complementar 105/2001)

Sigilo do Inquérito Policial (S) (Art. 20 do Código de Processo Penal)

Sigilo Empresarial (S) (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005)

Sigilo Fiscal. (S) (Lei 5172/66, Port RFB 2344/11, Port ME 233/12)

Sigilo Judicial do Código Civil (S) (Art. 189 da Lei nº 13.105/2015)

Sigilo Judicial do Código Penal (S) (Art. 20 e 201, S 6 do Decreto-Lei n3.689/1941)

Sigilo Profissional. (S) (Leis 8.906/94 elou 8.112/90)

Sindicância Patrimonial (SINPA) (S) (Art. 50, da Portaria Normativa CGU nº

Situação Econômico-Financeira Sujeito Passivo (S) (Art. 198 da Lei nº 5.172/1966)